

**Sustentare Saneamento S.A.**

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77

**Relatório da Administração**

Apresentamos o Relatório da Administração da Sustentare Saneamento S.A., referente ao exercício de 2025, em cumprimento às exigências legais e regulatórias vigentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como acompanhadas do parecer dos auditores independentes. A exemplo do ano de 2024, o cenário econômico global segue impactado por fatores como o aumento das barreiras comerciais, oscilações econômicas, incertezas políticas e tensões geopolíticas. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), manteve-se relativamente estável, encerrando o ano de 2025 com acumulado de 4,26%. Com foco na contenção da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a trajetória de aperto monetário, elevando gradualmente a taxa básica de juros (Selic), que atingiu 15,0% a.a. em dezembro de 2025, o maior patamar desde 2006. Mesmo nesse contexto de incertezas, a trajetória da Sustentare manteve-se resiliente, avançando de forma consistente para se consolidar como uma das principais referências no mercado de gestão integrada de resíduos no Brasil, apresentando resultados sólidos, baseados em uma gestão inovadora e eficiente, e estabelecendo uma base de negócios que potencializa o desempenho para os próximos anos. Nossa estratégia de crescimento continua amparada nos pilares da excelência dos serviços prestados, da eficiência operacional e do desenvolvimento de tecnologias e soluções que garantam a geração de resultados consistentes. Os Ativos Totais da Sustentare cresceram 16% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 684 milhões. O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 345 milhões, enquanto as Receitas Totais somaram R\$ 758 milhões, representando um acréscimo de 12% em relação ao exercício anterior. O EBITDA da companhia foi de R\$ 105 milhões, equivalente a 16% da Receita Operacional Líquida. No exercício de 2025, a Companhia também deu início à operação do novo contrato de prestação de serviços no município de São Paulo/SP (Lote 01 – Sé),

cujo prazo de execução é de 10 (dez) anos, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.132/21) e que prevê uma receita total estimada em aproximadamente R\$ 2,525 bilhões ao longo de sua vigência. Este contrato representa um importante marco estratégico para a Sustentare, reforçando sua capacidade de execução em projetos rentáveis e de grande porte. No ano de 2025, continuamos a expansão dos negócios de tratamento de resíduos sólidos, com destaque para os investimentos realizados no Aterro de Jazeiro do Norte/CE. O empreendimento representa uma solução adequada para a destinação de resíduos gerados em uma região com população de aproximadamente 1,4 milhão de habitantes. A unidade iniciou sua operação no primeiro semestre do ano e, para 2026, crescimento significativo no volume de resíduos recebidos e tratados. No primeiro semestre de 2025, com a obtenção da Licença de Instalação, iniciamos a operação de uma usina termoeletrica em nosso aterro de Feira de Santana/BA. Conjuntamente a esse processo, firmamos contrato com a empresa de consultoria Unicobar para o gerenciamento da emissão de certificados de crédito de carbono. Nesse contexto, destacamos a sanção da Lei do Combustível do Futuro (Lei nº 14.993/24), que incentiva o uso de biocombustíveis e combustíveis sustentáveis, criando oportunidades relevantes para as quais estamos preparados. Adicionalmente, investimos na aquisição de 50% do capital da Aguas do Nordeste S.A. (ANE), com sede em Santa Rita/PB, cuja atividade preponderante é a prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em caráter de exclusividade, sob regime de concessão. O contrato, que vem sendo executado em sua plenitude desde o dia 11 de maio de 2022, contempla a construção, operação e manutenção dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais, bem como a gestão comercial e o atendimento aos usuários. O termo final da concessão está previsto para 11 de maio de 2052 (com prazo remanescente de 26 anos). A Sustentare mantém um Programa de Compliance estruturado e em pleno funcionamento, continuamente aprimorado com o objetivo de assegurar a conformidade com a legislação aplicável e as melhores práticas de governança corporativa. Em 2025, encontramos nossos

esforços na otimização do nosso canal eletrônico de denúncias, que garante sigilo, independência e celeridade na apuração dos relatos. Adicionalmente, foram realizados treinamentos periódicos com os Colaboradores, abordando temas como ética, conduta profissional e prevenção contra práticas de corrupção, reforçando o compromisso da Companhia com a integridade e a transparência em todas as suas operações, conforme nosso Código de Ética e Conduta. Em relação à Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Humano Organizacional, avançamos com nossos programas e ações que visam atender às principais diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de campanhas e programas internos voltados ao desenvolvimento e à valorização não apenas dos Colaboradores, mas também da sociedade em nosso entorno. Com o objetivo de instrumentalizar adequadamente os projetos, foi constituída, em 2024, a Associação Instituto Sustentare, entidade dedicada exclusivamente à gestão dos recursos provenientes da Sustentare Saneamento. Em 2025, o Instituto consolida sua atuação, reafirmando seu compromisso com a execução eficiente, transparente e responsável dos projetos sociais aprovados pela Direção. Entre essas ações, destacam-se: • Programa de desenvolvimento educacional para os Colaboradores, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA); • Escola Sustentável, voltada à formação socioambiental das comunidades do entorno de nossas operações; • Parcerias com universidades e instituições de ensino locais; • Programa de Combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, em complemento ao Código de Ética e Conduta; • Desenvolvimento de líderes por meio de treinamentos e programa de mentoria individual; • Atendimento, orientação e acolhimento social para mais de 1.300 Colaboradores; • Apoio e incentivo à instituições sociais locais, como Fundação Abrinq, ABADS, Chácará Alternativa, Creche Vovó Marta e Projeto Florescer; • Acolhimento e adoção responsável de animais abandonados; • Implementação de planos de apoio social, com distribuição de cestas básicas em comunidades carentes; • Campanha do Agasalho; • Participação em eventos voltados à promoção da diversidade e

inclusão; • Campanhas internas de saúde e bem-estar, abordando temas como Janeiro Branco, Agosto Lilás, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, entre outras iniciativas; • Programa de atenção ao uso de álcool e outras drogas; • Produção de vídeos educativos voltados à orientação dos Colaboradores sobre o uso consciente do crédito consignado FGTS, destacando cuidados e boas práticas financeiras. Acreditamos que, em 2026, teremos um período de crescimento da nossa Receita, mantendo a tendência observada nos últimos anos. Continuaremos enfatizando a melhoria da eficiência operacional, o desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e a valorização do bem-estar social. A Administração da Companhia reitera seu compromisso com a geração de resultados consistentes, que viabilizem a construção da Sustentare do futuro: uma organização líder no gerenciamento sustentável e na proteção ao meio ambiente, referência de mercado e orientada para as pessoas. A Companhia tem como missão implementar soluções inovadoras com dinamismo, valorização das pessoas e respeito ao meio ambiente. Sua visão é a busca incessante pela excelência em serviços de gestão ambiental, com foco na melhoria da qualidade de vida da população. Dentre nossos valores, destacamos: (i) agilidade de equipe, (ii) desenvolvimento de pessoas, (iii) excelência na execução, (iv) geração de valor, (v) inovação, (vi) integridade e (vii) responsabilidade social. A Companhia permanece atenta à evolução das políticas de diversidade e inclusão, em consonância com a Lei nº 15.117/25, mantendo o compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho ético, respeitoso e inclusivo, pautado pela valorização e igualdade de oportunidades. Ao longo de 2025, fortalecemos políticas e práticas voltadas à promoção de um ambiente inclusivo e à valorização da diversidade em todos os níveis organizacionais, com o objetivo de criar condições mais equitativas e respeitadas para todos. Agradecemos aos nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras pelas contribuições ao longo de 2025.

Adilson Alves Martins – Diretor Presidente  
Bruno de Bartolo Martins – Diretor

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)**

Balanco Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>420.461.240</b>	<b>341.203.933</b>	<b>Circulante</b>		<b>177.837.116</b>	<b>155.389.187</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.083.588	24.754.746	Empréstimos e financiamentos	14	82.814.454	71.295.029
Contas a receber	5	177.918.495	148.944.076	Fornecedores	15	15.316.162	14.608.748
Clientes Performados Judicial	6	150.114.093	92.103.087	Obrigações Fiscais e sociais	16	20.430.846	17.752.288
Outras contas a receber	7	202.543	34.436.834	Obrigações com pessoal	17	37.545.042	36.808.981
Valores a receber de consórcios	8	17.025.655	20.389.151	IRPJ e Contribuição social	18	4.561.271	337.794
Impostos a recuperar	9	44.076	44.076	Parcelamento de tributos	18	10.800.420	9.034.986
Partes relacionadas	10	44.690.772	15.306.167	Outras contas a pagar	17	17.713	33.498
Estoques	3	3.660.709	2.888.941	Dividendos a pagar	23	2.500.000	-
Despesas antecipadas	3	3.721.309	2.336.855	Provisões de despesas	23	3.851.209	5.517.863
<b>Não Circulante</b>		<b>263.150.559</b>	<b>249.362.131</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>160.329.680</b>	<b>130.516.863</b>
Realizável a longo prazo		<b>193.829.469</b>	<b>170.397.386</b>	Empréstimos e financiamentos	14	98.318.186	88.677.517
Clientes Performados Judicial	6	115.879.975	115.879.975	Parcelamento de tributos	18	13.916.051	15.140.580
Depósitos para garantia	10	258.710	169.485	Impostos diferidos	19	25.712.272	22.137.814
Depósitos para recursos	10	1.200.168	1.441.011	Provisão para contingências	20	4.883.171	4.560.952
Propriedade para investimentos	11	76.490.615	52.906.915	Dividendos a pagar	23	17.500.000	-
Investimentos	12	48.375.851	48.818.732	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>345.445.002</b>	<b>304.660.014</b>
Imobilizado	13	20.945.239	30.144.558	Capital social	21	173.702.860	173.702.860
Intangível	13	-	1.455	Reserva legal	22	9.452.965	8.280.064
<b>Total do Ativo</b>		<b>683.611.798</b>	<b>590.566.064</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	22	34.110.457	14.101.215
				Reserva de lucros	22	128.178.720	108.575.875
				<b>Total do Passivo</b>		<b>683.611.798</b>	<b>590.566.064</b>

**1. Contexto operacional** – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos termos da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S.A.**, e tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Antônio Jovino nº 220, 6º andar, conj. 64 – CEP 05727-200, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2026. **Ações da administração no exercício:** A Companhia em seu programa de compliance tem como seu principal objetivo tornar claros os seus princípios éticos, valores e a conduta esperada dos seus profissionais, no exercício das atividades, para que todos possam compreendê-los, respeitá-los e praticá-los. Acreditamos que um processo de crescimento sustentável depende de uma atuação pautada na honestidade, integridade, eficiência e responsabilidade de todos os profissionais que trabalham na nossa empresa, ao interagirem entre si, com clientes, investidores, fornecedores e autoridades do governo, assim como com qualquer outra entidade ou indivíduo.

**2. Base de preparação das demonstrações contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2.1. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, atendendo a orientação técnica CPC 07. Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros e de propriedades para investimentos, quando requerido pela norma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas omitindo-se os centavos. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **b) 2.5. Novas normas e interpretação vigentes e não vigentes:** Divulgamos a seguir as novas normas e alterações às normas ainda não vigentes, as quais serão adotadas pela Sociedade, quando aplicável, a partir de suas respectivas datas de vigência. • **CPC 02 (R2)/IAS 21 – Falta de conversibilidade:** Trata dos efeitos das variações nas taxas de câmbio e da conversão de demonstrações

contábeis. **Vigência:** 1º de janeiro de 2025 – IFRS 7 e IFRS 9 – **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** Introduz melhorias na evidenciação para esclarecer questões práticas recentes, ampliar o entendimento e incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral, não apenas instituições financeiras. **Vigência:** 1º de janeiro de 2026 – IFRS 7 e IFRS 9 – **Contratos relacionados à energia dependente de recursos naturais:** Estabelece requisitos de divulgação para garantir que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente os efeitos de contratos vinculados à geração de energia dependente de recursos naturais, como energia eólica e solar. **Vigência:** 1º de janeiro de 2026 – IFRS 18 – **Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Nova norma que substituirá o IAS 1, trazendo requisitos que aumentam a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecem informações mais relevantes e transparentes aos usuários. **Vigência:** 1º de janeiro de 2027 – IFRS 19 – **Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações:** Permite que determinadas subsidiárias de grupos que reportam em IFRS utilizem requisitos reduzidos de divulgação, simplificando a apresentação das informações. **Vigência:** 1º de janeiro de 2027 – IAS 12/CPC 32 – **Tributos sobre o lucro (Reforma tributária internacional – Pilar Dois):** Aborda os efeitos contábeis relacionados à implementação das regras do Pilar Dois da reforma tributária internacional, que trata da tributação mínima global. **Vigência:** 1º de janeiro de 2025 – Em relação às normas e interpretações anteriormente mencionadas, a Companhia está avaliando os impactos potenciais na elaboração de suas demonstrações financeiras. Para o IAS 21/CPC 02 (R2) e o IAS 12/CPC 32, a análise já foi concluída, não tendo sido identificados impactos para o exercício de 2025.

**3. Resumo das principais práticas contábeis – 3.1. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gere tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Sociedade tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras de longo prazo. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação

atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os investimentos da Sociedade em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. **Passivos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar. Limites de cheque especiais que tenham que ser pagos à vista e que fazem parte integrante da gestão de caixa da Sociedade são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Propriedade para Investimentos em Aterros Sanitários:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **3.3. Investimentos em controladas:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações contábeis. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela

Companhia. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado posteriormente. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indagação, a Sociedade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. **3.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados. **3.7. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.8. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos. **3.9. Receita operacional:** A receita é apresentada pelos montantes incorridos, segregadamente aos impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 – Receita com contratos de clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço. **3.10. Receitas**

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

**8. despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada. A receita de juros é reconhecida no resultado, através dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**9. Impostos a recuperar** – Estão representados por impostos correntes a recuperar, realizáveis no exercício social subsequente.

**10. Partes relacionadas**

	2025	2024
Qualic Serviços Ambientais S.A.	20.264.886	—
Moderna Ambiental S.A.	1.826.487	1.893.021
Solidex Assessoria Empresarial Ltda.	13.037.707	8.779.956
Alvor Participações Ltda.	9.561.692	4.633.190
<b>44.690.772</b>	<b>15.306.167</b>	

Representam operações de empréstimos efetuados a empresas relacionadas, devidamente lastreadas por contratos de mútuo. Estão demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço, cujas taxas correspondem às usuais de mercado e estão apropriados contabilmente em rubrica de Ativo Circulante.

**11. Propriedade para investimento em Aterros Sanitários** – Com o objetivo de apresentar de forma transparente a rubrica de Ativos Realizáveis a Longo Prazo, no decorrer do exercício de 2022 a administração decidiu reclassificar parte de seus imóveis vinculados com projetos de desenvolvimento de aterros sanitários e/ou Unidades de Tratamento de Resíduos para a conta de Propriedade para Investimentos em Aterros Sanitários. Neste exercício a sociedade procedeu pela avaliação a valor justo das propriedades para investimentos, resultando, num acréscimo de R\$ 23.583.700. O saldo de propriedade para investimentos na data do encerramento dessas demonstrações contábeis é de R\$ 76.490.615 (R\$ 52.906.915 em 2024).

**12. Investimentos** – Composto conforme abaixo, por investimento na empresa Moderna Ambiental S.A., está calculada pela equivalência patrimonial.

	2025	2024
Moderna Ambiental S.A.	48.375.851	48.818.732
Total de Investimentos	<b>48.375.851</b>	<b>48.818.732</b>

A participação, o patrimônio líquido e o resultado da controlada em 2025 apresentaram-se como segue:

	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Moderna Ambiental S.A.	100%	48.375.851	(442.881)

**13. Imobilizado e intangível**

	2025	Adições	Baixas	Depreciação/Amortização	2024
Máquinas e equipamentos	10.270.063	1.682.799	(161.176)	(5.763.074)	6.028.611
Veículos em geral	14.090.925	5.350.500	(633)	(10.236.394)	9.204.398
Outros bens	5.783.570	892.516	(21.347)	(942.511)	5.712.229
<b>Total do imobilizado</b>	<b>30.144.558</b>	<b>7.925.815</b>	<b>(183.156)</b>	<b>(16.941.979)</b>	<b>20.945.239</b>
Softwares	1.455	—	—	(1.455)	—
<b>Total do intangível</b>	<b>1.455</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.455)</b>	<b>—</b>

**14. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Vencimento Final	Garantias	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Empréstimos</b>						
Capital de Giro	2031	Aval	74.754.501	90.482.378	59.095.335	77.465.502
<b>Financiamentos</b>						
FINAME	2027	Alien. Fiduciária	1.174.589	286.759	2.920.664	1.454.995
CDC	2030	Alien. Fiduciária	6.885.364	7.549.049	9.279.030	9.757.020
			<b>8.059.953</b>	<b>7.835.808</b>	<b>12.199.694</b>	<b>11.212.015</b>
			<b>82.814.454</b>	<b>98.318.186</b>	<b>71.295.029</b>	<b>88.677.517</b>

**7. Outras contas a receber**

	2025	2024
Créditos com funcionários	41.118	5.966.925
Créditos Fiscais	161.425	28.469.909
<b>Total de outras contas a receber</b>	<b>202.543</b>	<b>34.436.834</b>

**8. Valores a receber de consórcios** – Os valores a receber de consórcios são as parcelas correspondentes ao resultado dos consórcios urbanos, cuja empresa participa na prestação de serviços de limpeza urbana para órgãos públicos:

	2025	2024
Consórcio Sustentare-Valor	8.630.609	1.433.670
Consórcio Guarulhos Sustentável	8.395.046	18.955.481
<b>17.025.655</b>	<b>20.389.151</b>	

**9. Impostos a recuperar** – Estão representados por impostos correntes a recuperar, realizáveis no exercício social subsequente.

	2025	2024
Qualic Serviços Ambientais S.A.	20.264.886	—
Moderna Ambiental S.A.	1.826.487	1.893.021
Solidex Assessoria Empresarial Ltda.	13.037.707	8.779.956
Alvor Participações Ltda.	9.561.692	4.633.190
<b>44.690.772</b>	<b>15.306.167</b>	

**10. Partes relacionadas**

	2025	2024
Qualic Serviços Ambientais S.A.	20.264.886	—
Moderna Ambiental S.A.	1.826.487	1.893.021
Solidex Assessoria Empresarial Ltda.	13.037.707	8.779.956
Alvor Participações Ltda.	9.561.692	4.633.190
<b>44.690.772</b>	<b>15.306.167</b>	

**11. Propriedade para investimento em Aterros Sanitários** – Com o objetivo de apresentar de forma transparente a rubrica de Ativos Realizáveis a Longo Prazo, no decorrer do exercício de 2022 a administração decidiu reclassificar parte de seus imóveis vinculados com projetos de desenvolvimento de aterros sanitários e/ou Unidades de Tratamento de Resíduos para a conta de Propriedade para Investimentos em Aterros Sanitários. Neste exercício a sociedade procedeu pela avaliação a valor justo das propriedades para investimentos, resultando, num acréscimo de R\$ 23.583.700. O saldo de propriedade para investimentos na data do encerramento dessas demonstrações contábeis é de R\$ 76.490.615 (R\$ 52.906.915 em 2024).

**12. Investimentos** – Composto conforme abaixo, por investimento na empresa Moderna Ambiental S.A., está calculada pela equivalência patrimonial.

	2025	2024
Moderna Ambiental S.A.	48.375.851	48.818.732
Total de Investimentos	<b>48.375.851</b>	<b>48.818.732</b>

A participação, o patrimônio líquido e o resultado da controlada em 2025 apresentaram-se como segue:

	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Moderna Ambiental S.A.	100%	48.375.851	(442.881)

**13. Imobilizado e intangível**

	2025	Adições	Baixas	Depreciação/Amortização	2024
Máquinas e equipamentos	10.270.063	1.682.799	(161.176)	(5.763.074)	6.028.611
Veículos em geral	14.090.925	5.350.500	(633)	(10.236.394)	9.204.398
Outros bens	5.783.570	892.516	(21.347)	(942.511)	5.712.229
<b>Total do imobilizado</b>	<b>30.144.558</b>	<b>7.925.815</b>	<b>(183.156)</b>	<b>(16.941.979)</b>	<b>20.945.239</b>
Softwares	1.455	—	—	(1.455)	—
<b>Total do intangível</b>	<b>1.455</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.455)</b>	<b>—</b>

**14. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Vencimento Final	Garantias	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Empréstimos</b>						
Capital de Giro	2031	Aval	74.754.501	90.482.378	59.095.335	77.465.502
<b>Financiamentos</b>						
FINAME	2027	Alien. Fiduciária	1.174.589	286.759	2.920.664	1.454.995
CDC	2030	Alien. Fiduciária	6.885.364	7.549.049	9.279.030	9.757.020
			<b>8.059.953</b>	<b>7.835.808</b>	<b>12.199.694</b>	<b>11.212.015</b>
			<b>82.814.454</b>	<b>98.318.186</b>	<b>71.295.029</b>	<b>88.677.517</b>

**15. Fornecedores** – Representa os saldos a pagar na data de encerramento das demonstrações financeiras aos fornecedores de serviços e materiais aplicados na consecução das atividades operacionais da Sociedade.

	2025	2024
COFINS a recolher	1.658.241	8.972.888
PIS a recolher	1.053.670	1.618.523
IRRF sobre salários	1.336.793	1.283.798
INSS a recolher	9.659.716	—
FST a recolher	1.716.671	1.656.840
ISS a recolher	3.851.871	2.532.172
Outros Impostos a Recolher	1.153.884	1.688.067
<b>Total de obrigações fiscais e sociais</b>	<b>20.430.846</b>	<b>17.752.288</b>
<b>17. Obrigações com pessoal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários a pagar	11.688.094	11.739.288
Provisão para férias e encargos	24.851.184	24.844.524
Outras obrigações com pessoal	1.005.764	225.169
<b>Total de obrigações com pessoal</b>	<b>37.545.042</b>	<b>36.808.981</b>

**18. Parcelamentos de tributos**

	Circulante	Não Circulante
FGTS	—	37.801
INSS	1.435.402	77.284
PERT – Rec.Federal	3.858.731	3.877.557
PERT – Previdenciário	655.421	654.717
Simplificada – RF	4.602.093	4.143.945
Outros parcelamentos	248.773	243.682
<b>Total de Parcelamentos</b>	<b>10.800.420</b>	<b>9.034.986</b>

**19. Impostos diferidos** – Representa o imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre as exclusões temporárias do lucro contábil. As mencionadas exclusões provêm das receitas não recebidas, em seu vencimento, de órgãos governamentais (Prefeituras). Adicionalmente, conforme notas explicativas nº11 – Propriedade para Investimentos e nº 22 – Ajuste de avaliação patrimonial, estão incluídos na rubrica de Impostos diferidos os tributos incidentes sobre os ajustes a valor justo decorrentes de avaliação patrimonial de imóveis preparada por empresa independente contratada.

	2025	2024
Tributos sobre receitas diferidas	14.946.279	14.946.279
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	10.765.993	7.191.535
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>25.712.272</b>	<b>22.137.814</b>

**20. Provisão para contingências** – A Sociedade apura e apropria as contingências existentes na data de seu balanço consideradas juridicamente como "prováveis", para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. As contingências passivas, cujos assessores jurídicos da sociedade entendem ser de risco provável montam em:

	2025	2024
Contingências Tributárias	4.393.479	4.184.266
Contingências Cíveis e Trabalhistas	489.692	376.686
<b>Total de Provisão para Contingências</b>	<b>4.883.171</b>	<b>4.560.952</b>

A Sociedade também está envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis cujos assessores jurídicos entendem como risco de perda "possível", dessa forma não foram apropriados contabilmente.

**21. Capital social** – O Capital Social integralizado é composto por 173.702.860 ações ordinárias, nominativas emitidas pelo valor de R\$1,00 por ação.

**22. Ajuste de avaliação patrimonial** – No exercício de 2022, foram transferidos bens imóveis para a conta de Propriedades para Investimento (nota explicativa nº 11). Ao final de cada exercício, a Companhia contrata empresas especializadas para a elaboração de laudos de avaliação patrimonial. Com base nesses laudos, são reconhecidos ajustes de avaliação com o objetivo de refletir os referidos bens a valor justo. Os montantes registrados, líquidos de impostos diferidos, totalizam R\$ 34.110.457 em 2025 e R\$ 14.101.215 em 2024.

**23. Dividendos e distribuição de lucros** – Em dezembro de 2025 foi protocolada ata de assembleia geral extraordinária, aprovando a distribuição de lucros a ser realizada nos exercícios de 2026 a 2028, no montante total de R\$ 20.000.000.

**24. Eventos Subsequentes – Reforma Tributária sobre o Consumo e Tributação de Lucros e Dividendos** – Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com a criação de um modelo de IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. A CBS substituirá o PIS e a COFINS, enquanto o IBS substituirá o ICMS e o ISS. Também foi instituído o Imposto Seletivo (IS), aplicável a bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parte da reforma. A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. A partir de 2026, serão iniciadas as cobranças da CBS (aliquota inicial de 0,9%) e do IBS (aliquota inicial de 0,1%). Nesse período, a CBS poderá ser compensada com créditos de PIS e COFINS, reduzindo impactos iniciais. Simultaneamente, ICMS e ISS serão gradualmente reduzidos até sua extinção. A Companhia acompanha a evolução da regulamentação e, até o momento, não é possível estimar com segurança os impactos futuros da reforma. Adicionalmente, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que altera a tributação de lucros e dividendos, com efeitos a partir de 2026. Os lucros apurados até 31 de dezembro de 2025 permanecem isentos de tributação, desde que: (i) a deliberação de distribuição ocorra até essa data; e (ii) o pagamento seja realizado conforme aprovado, podendo ocorrer até 2028. A legislação exige a formalização das deliberações societárias por meio de documentação apropriada, devidamente registrada. A Administração está avaliando os impactos dessas alterações na sua estrutura societária, política de distribuição de resultados e planejamento tributário, bem como adotando as medidas necessárias para o adequado atendimento às novas exigências legais.

**25. Cobertura de Seguros** – A Sociedade adota uma política de seguros que considera a concentração e a relevância dos riscos, a natureza de suas atividades e as orientações de seus consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas contratadas abrangem os ativos classificados no imobilizado e são consideradas suficientes para salvaguardar o valor desses bens.

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas e Administradores **Sustentare Saneamento S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Sustentare Saneamento S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sustentare Saneamento S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Valor de realização de contas a receber:** Chamamos a atenção que no exercício de 2025 a Sociedade manteve registrados créditos provenientes de prestação de serviços realizados em exercícios anteriores (Clientes performados judicial), objetos de cobrança judicial, no valor total de R\$ 265.994 mil (R\$ 207.983 mil em 2024), que, de acordo com seus assessores jurídicos, tem alto grau de realização. Nossa opinião

não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase – Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Chamamos a atenção para o fato que as contas a receber de clientes e os créditos mencionados no parágrafo de ênfase acima, são, em sua maioria, compostos por valores vencidos e não recebidos em suas respectivas datas de vencimento. A administração optou por constituir provisão para perdas no recebimento desses créditos no valor de R\$ 15.876 mil (R\$ 15.670 mil em 2024), por entender que o referido montante seja suficiente para refletir as possíveis perdas futuras. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Partes relacionadas:** A Sociedade mantém registrados no Ativo Circulante, os valores dos créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas, de acordo com a expectativa de realização dentro do próximo exercício. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ Concluimos sobre a adequação do uso,

pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

**Triade Auditores Independentes**  
CRC 2SP 015.090/0-5

**Sergio de Andrade Behrend**  
Sócio Diretor CRC 1SP 197.708/0-8

## Publique no Data Mercantil!

**A decisão certa em todos os momentos.**

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

